



Proposta de Lei n.º 4/XV/1.^a
Aprova o Orçamento do Estado para 2022

PROPOSTA DE SUBSTITUIÇÃO E ADITAMENTO

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal apresentam a seguinte proposta de substituição e aditamento à Proposta de Lei n.º 4/XV/1.^a – Aprova o Orçamento do Estado para 2022:

Título II

Disposições fiscais

Capítulo II

Impostos indiretos

Secção I

Imposto sobre o valor acrescentado

Artigo 227.º

Aditamento à lista I anexa ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

«1.13 – (...).

2.36 – (...).

2.37 - Aparelhos, máquinas e outros equipamentos exclusiva ou principalmente destinados a:

- a) Captação, transformação e aproveitamento de energia solar, eólica e geotérmica;
- b) Captação, transformação e aproveitamento de outras formas alternativas de energia.

2.38 - Entrega e instalação dos aparelhos, máquinas e equipamentos referidos na verba 2.37.”



Nota justificativa: Em março de 2022, o preço médio grossista da luz atingiu o valor histórico de 542,78€/MWh, o que coloca Portugal à beira de uma crise sem precedentes no sector energético - uma crise que afeta tanto as famílias, como o tecido empresarial. Assim, é urgente criar mecanismos de execução simples que permitam o acesso ao autoconsumo pelas populações. Na proposta do Orçamento do Estado para 2022, o Governo propõe que a taxa reduzida de IVA seja aplicada apenas à “entrega e instalação de painéis solares térmicos e fotovoltaicos”. Não só o Governo exclui do âmbito da taxa reduzida a aquisição dos próprios equipamentos, cingindo-se apenas aos custos de entrega e instalação, como exclui, discriminando, formas alternativas de energia.

Como refere a Associação de Energias Renováveis, as energias renováveis “evitam que se importem combustíveis fósseis, como o carvão e o gás natural para gerar eletricidade, evitam a emissão de gases com efeito de estufa e reduzem o preço da energia elétrica no mercado de eletricidade, contribuindo para uma maior sustentabilidade económica e ambiental do país”. Assim, no contexto do combate às alterações climáticas, torna-se natural e necessário que o Estado diminua ao máximo quaisquer fatores que possam dissuadir os cidadãos da utilização de energias renováveis.

Com a presente proposta de alteração, pretende-se a criação de um incentivo ao investimento, quer por parte de privados, quer por parte de comunidades de energia, facilitando desta forma a transição para o uso de energias mais limpas e mais económicas para os consumidores e, assim, diminuindo o uso de formas de energia mais poluentes.

Assim, a Iniciativa Liberal pretende reestabelecer uma taxa reduzida que já vigorou anteriormente, pelo que a sua aplicação pode ser rápida e eficaz. Esta é uma oportunidade para o Governo afirmar que o ambiente é, efetivamente, uma prioridade.

Palácio de São Bento, 6 de maio de 2022

Os Deputados da Iniciativa Liberal:

Carla Castro

Bernardo Blanco

Carlos Guimarães Pinto



Joana Cordeiro

João Cotrim Figueiredo

Patrícia Gilvaz

Rodrigo Saraiva

Rui Rocha